



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

CONTRATO - SECNT

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE REFORMA DE RESERVATÓRIOS METÁLICOS DE ÁGUA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS** E A **EMPRESA GSM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**.

CONTRATO TRE/GO Nº 84/2025

[SEI nº 25.0.000008989-6](#)

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, situado na Praça Cívica nº 300 - Centro, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.526.875/0001-45, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **LEONARDO SAPIÊNCIA SANTOS**, matrícula funcional nº 5053676, e, de outro lado, a empresa **GSM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **40.997.613/0001-60**, estabelecida na Av. 136 Nº 936, Setor Marista - GO, cidade de Goiânia/GO, CEP: 74180-040, telefone 62-3096-5050 e 62-3096-5555, e-mail: gsmconstrucoeseocomercio@gmail.com, neste ato representada por **GISELY DE SOUZA MOREIRA LIMA**, qualificada nos autos da contratação, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, o presente contrato de execução de reforma de reservatórios metálicos de água, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a execução de reforma, pintura feita no local, instalação de guarda-corpo e gaiola nos reservatórios metálicos de água, situados nos prédios dos Cartórios Eleitorais de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Campos Belos, Formosa, Goiás, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mozarlândia, Palmeiras de Goiás, Pires do Rio, Rio Verde, Trindade, Uruaçu e Valparaíso de Goiás, realizada nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual (Edital do Pregão TRE-GO nº 90046/2025).

1.2. O prazo para execução da reforma será **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço emitida pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR E DO SUPORTE LEGAL

2. A execução da reforma contratada obedecerá ao estipulado neste Contrato, Termo de Referência, Cronograma físico-financeiro, bem como o estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem ([Pregão TRE-GO nº 90046/2025](#)) e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em 18/12/2025, constante no documento de nº **1287423**, do Procedimento [SEI nº 25.0.000008989-6](#), dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.2. Estão contidos no prazo de vigência o período de mobilização da contratada para início da obra, a execução dos serviços contratados, prazo para o recebimento provisório e prazo para o recebimento definitivo.

3.3. O prazo para execução será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de início estabelecida na **Ordem de Serviço** emitida pelo CONTRATANTE, e de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro, definido na planilha orçamentária dos serviços, em anexo.

3.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado por até 12 (doze) meses, contados da assinatura deste contrato, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3.5. A prorrogação do prazo de execução será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições da contratação, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, após a análise e aprovação da fiscalização do TRE-GO, para os seguintes serviços:

a) Pintura.

b) Recuperação de chapa e instalação de guarda-corpo e gaiola.

5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.4. A contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR CONTRATUAL

6.1. Pela execução da reforma objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 179.650,00 (cento e setenta e nove mil seiscentos e cinquenta reais)**, dividido em parcelas, conforme cronograma físico-financeiro, anexo deste contrato.

6.2. Incluem-se no preço avençado todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução deste Contrato, inclusive obrigações tributárias e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O cronograma físico-financeiro apresentado pelo **CONTRATANTE** poderá ser modificado, em função da proposta de reprogramação dos serviços, desde que aprovado pela **CONTRATANTE** da obra/serviços de reforma, mantendo-se o prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias corridos**, para conclusão da reforma, bem como os percentuais de execução acumulados mensais. Caso não haja entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA** em relação à programação da obra, prevalecerá o cronograma físico-financeiro proposto no certame licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, *elaboradas com base no SINAPI e SBC do mês de maio do ano de 2025*.

7.2. Após o interregno de um ano, e *desde que haja pedido do contratado*, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos bancos **SINAPI e SBC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar **memória de cálculo** referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos valores contratados, será efetivado pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, **até o 10º (décimo) dia útil**, contados do ateste da fatura/nota fiscal, de forma digital, cumprindo-se observar:

8.2. No prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal, o CONTRATANTE deverá atestá-la ou notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

8.3. Os pagamentos serão feitos em 5 (cinco) etapas, conforme detalhado no cronograma físico-financeiro, em anexo;

8.4. Recebimento Provisório (4ª etapa) – Aos 120 dias, desde que 100% dos serviços estejam concluídos, e após a conferência pelos fiscais do TRE-GO, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, requisito para pagamento da 4ª parcela – 95% do total do contrato;

8.5. Recebimento Definitivo – Após 21 (vinte e um) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório - prazo para comprovação da adequação do objeto aos termos contratuais – será emitido o Termo de Recebimento Definitivo e paga a última parcela, correspondente a 5% do total do contrato.

8.6. O prazo para pagamento das faturas ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade do sistema informatizado de tramitação processual do **CONTRATANTE** - Sistema Eletrônico de Informações/SEI;

8.7. Sanadas as eventuais irregularidades apontadas, a fatura/nota fiscal apresentada poderá ser atestada pelo representante do **CONTRATANTE**;

8.8. Não sendo sanadas pela **CONTRATADA**, a fatura/nota fiscal apresentada, não preenche os requisitos necessários para ser atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATADA, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Décima Quarta – Das Infrações e Sanções Administrativas e, demais cominações legais, conforme o caso.

8.9. A fatura/nota fiscal apresentada deverá estar acompanhada de certidões comprobatórias da inexistência de débitos pela **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, bem como da regularidade desta para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a Fazenda Nacional (Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional) e as Fazendas Estadual e Municipal (do domicílio ou sede da **CONTRATADA**), caso não estejam disponíveis nos sítios dos órgãos emissores;

8.10. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes do ateste da conformidade da execução contratual, que envolve, além da conformidade dos serviços prestados com o especificado no Projeto Básico anexo, o correto e tempestivo cumprimento de todas as obrigações contratuais vinculadas à execução do presente ajuste, sendo

que, a demora no pagamento do encargo pelo **CONTRATANTE**, causado pela inviabilização do ateste não gera para a **CONTRATADA**, o direito à correção descrita no item 8.11 desta cláusula;

8.11. O **CONTRATANTE**, a cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho, para verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária;

8.12. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** na pendência de qualquer das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alterações de preços ou compensação financeira:

a) atestação de conformidade do serviço executado, devendo, para isso, ser apresentado relatório detalhado e demais elementos que registrem a quantidade e tipos de serviços executados;

b) comprovação da regularidade desta perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, a Fazenda Nacional (Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional) e as Fazendas Estadual e Municipal (do domicílio ou sede da **CONTRATADA**);

c) comprovação da inexistência de débitos pela **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho;

d) cumprimento de obrigação contratual.

8.13. O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, e nos casos de insuficiência de garantia à execução do contrato, quaisquer valores correspondentes à multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta;

8.14. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada a partir da data de seu vencimento até a do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I = 0.00016438
----------	-------------------	----------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10. O **CONTRATANTE** obriga-se a:

10.1. Designar, anteriormente à emissão da Ordem de Serviço, fiscal de contrato para acompanhar sua execução, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 117 da lei 14.133/2021.

10.2. Caberá ao fiscal do contrato informar à Administração o termo inicial da Ordem de Serviço, observando sempre a conveniência do TRE-GO, os aspectos técnicos e a apresentação da ART.

10.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela, cabendo:

a) o representante do **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;

b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias.

10.2. notificar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da nota fiscal/fatura, a **CONTRATADA**, para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, ficando suspenso o prazo para ateste da nota fiscal até o saneamento das irregularidades;

10.3. a **FISCALIZAÇÃO** terá plena autoridade para suspender total ou parcialmente a execução dos serviços sempre que julgar conveniente, por razões técnicas, disciplinares ou outras, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à **CONTRATADA** e sem que tenha direito a qualquer indenização;

10.4. permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** nas áreas diretamente relacionadas aos serviços contratados, de acordo com as normas vigentes de segurança deste Tribunal;

10.5. efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente contrato e no cronograma físico-financeiro, parte integrante e complementar deste instrumento;

10.6. observar, durante a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e no ato convocatório da licitação que lhe deu origem;

10.7. Rejeitar a prestação do serviço objeto do contrato, se realizado por terceiros ou subcontratados, sem autorização prévia do TRE-GO.

10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.9. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. A **CONTRATADA** obriga-se a:

11.1. executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as especificações, descrições, detalhamentos, quantitativos e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I deste contrato, e do Edital do [Pregão TRE-GO nº 90046/2025](#), planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, planilha demonstrativa de BDI, Curva ABC de Insumos e demais documentos disponibilizados no sítio do TRE/GO (<https://www.tre-go.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes-contratos-atas-de-registro-de-precos>), bem como, o definido na proposta firmada pela **CONTRATADA** em 18/12/2025;

11.2. iniciar a execução dos serviços contratado na data especificada na Ordem de Serviço – OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;

11.3. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo representante do **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados e referentes ao cumprimento/descumprimento de cláusulas contratuais, refazendo/sanando as inadequações sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

11.4. manter preposto, aceito pelo **CONTRATANTE**, portador de procuração com poderes específicos para representar a empresa na execução do presente Ajuste e acessível a quaisquer chamadas relativas ao serviço contratado;

11.5. observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais que, direta ou indiretamente, sejam aplicáveis ao objeto deste contrato e à segurança pública, bem como as normas técnicas da ABNT e exigências do CREA e CAU local, inclusive quanto aos serviços executados por seus subcontratados;

11.6. acatar as exigências dos Poderes Públicos, principalmente as referentes ao adicional de insalubridade e periculosidade e pagar, às suas custas, multas e demais encargos que lhes sejam impostos pelas autoridades;

11.7. garantir a integridade do produto por 5 anos, contados a partir do recebimento definitivo;

11.8. atender durante o período de garantia, os chamados da Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste contrato;

11.9. responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução do serviço contratado, uso indevido de marcas e patentes e danos pessoais ou materiais causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, mesmo que ocorridos em via pública, devendo ser adotadas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao integral ressarcimento;

11.10. responsabilizar-se pela integridade das instalações e equipamentos, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, seja resultante de ato de terceiros, caso fortuito ou força maior;

11.11. responder pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais referentes a execução dos serviços contratados;

11.12. executar os serviços dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido, ressaltando que períodos chuvosos e dificuldades na contratação de mão de obra, quando não forem considerados fatos excepcionais ou imprevisíveis, não darão ensejo a alteração do prazo contratual, em face do princípio da legalidade;

11.13. fornecer ao TRE/GO a relação nominal e identificação de todo o pessoal envolvido diretamente na execução da obra, bem como meios de localização do Responsável Técnico, não só em dias e horários úteis, mas também em finais de semana e feriados;

11.14. fornecer aos empregados botas, óculos, capacetes e luvas, e todos os equipamentos de proteção individual - EPI's e EPC's (equipamentos de proteção coletiva) legalmente exigidos e/ou conforme a natureza das tarefas a serem executadas, bem como todo o material necessário à plena execução dos serviços, exigindo-lhes o seu uso, e quando for o caso, afastar aqueles que se negarem a usá-los;

11.15. responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes às parcelas objeto de eventual subcontratação, sendo, toda controvérsia relativa à subcontratação, resolvida diretamente entre as duas empresas;

11.16. garantir os serviços em conformidade com a legislação em vigor e especificações e prazos contidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato, e do Edital do [Pregão TRE-GO nº 90046/2025](#);

11.17. registrar e obter toda a documentação exigida pela Prefeitura e demais órgãos para a plena implementação, andamento e conclusão da obra a ser executada, sendo as despesas de responsabilidade da **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.18. retirar da obra, imediatamente após a comunicação da **FISCALIZAÇÃO**, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado que, segundo a **FISCALIZAÇÃO**, e devidamente justificado por esta, tenha praticado conduta nociva ou demonstrado incapacidade técnica;

11.19. promover metucioso controle de qualidade dos materiais e serviços executados, facultando à **FISCALIZAÇÃO** o acesso a todas as fases dos serviços e, do mesmo modo, facilitando seu ingresso em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à construção;

11.20. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital do [Pregão TRE-GO nº 90046/2025](#);

11.21. apresentar, quando da emissão de fatura/nota fiscal, relatório e demais elementos que registrem a quantidade e tipos de serviços executados;

11.22. observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução nº 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme art. 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a **CONTRATADA** deverá providenciar a destinação ambiental adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação. Em nenhuma hipótese, a **CONTRATADA** poderá dispor dos resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como áreas não licenciadas.

11.23. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar **desvio de função**;

11.24. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.25. resguardar os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do **CONTRATANTE**, sob pena e multa, sem prejuízos das sanções civis e penais cabíveis;

11.26. promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram e fundamentam o Termo de Referência e este Contrato, no prazo determinado;

11.27. não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

11.28. fornecer produtos de qualidade, conforme especificado no [Termo de Referência](#), Anexo I do [Pregão TRE-GO nº 90046/2025](#), que serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata dos que se encontrarem com baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado;

11.29. A **CONTRATADA** operará como prestadora de serviços e, consequentemente, os profissionais que alocar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo remunerados diretamente pela **CONTRATADA**, que será inteiramente responsável por todos os encargos e ônus previstos nas legislações vigentes trabalhista, previdenciária, fiscal e social, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente contrato:

§ 1º A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o presente contrato;

§ 2º O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento, bem como a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular junto às obrigações fiscais e trabalhistas poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais;

§ 3º A **CONTRATADA** não poderá colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para ocupar função de chefia no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I - atos de improbidade administrativa;

II - crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

c) contra a fé pública;

d) hediondos;

e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III - na mesma proibição incidem aqueles que tenham:

a) praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

c) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

IV - não se aplicam as vedações acima discriminadas quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo;

V - deixam de incidir as vedações acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

a) extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

b) decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

c) rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas;

d) cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

VI - Caso a execução do presente instrumento exija a disponibilização de empregado da **CONTRATADA** para desempenhar função de chefia, sua designação deverá vir acompanhada de todos os documentos comprobatórios de que o mesmo não incide em nenhuma das vedações aqui tratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DOS SERVIÇOS

13. A garantia dos serviços é de **5 (cinco) anos** para **materiais e serviços**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) **Multa de:**

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), limitada a 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 14.2. "a".

b) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato pelo retardamento da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

c) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor o valor total do contrato no caso de inexecução total do Ajuste ou no caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 14.2. "b" e 14.2. "c".

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUSTENTABILIDADE E DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A empresa a ser contratada deverá seguir as recomendações ambientais no que tange ao descarte dos resíduos sólidos resultantes da execução dos serviços, promovendo o descarte adequado, respeitável e consciente (Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS).

15.2. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;

b) Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

c) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

d) Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

e) Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

15.3. O serviço prestado deverá, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, buscando sempre a racionalização do consumo de energia elétrica e adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada, utilizando-se balde ou mangueira com esguicho disposto de sistema de fechamento (revolver, bico e outros), não devendo ser efetuada em vias e logradouros públicos; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos, bem como, observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA Nº 267/2000 (Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio).

15.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, nos seguintes termos, quando couber:

a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação;

c. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

d. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

15.4. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

c. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

15.5. Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis nos termos do art. 7º, inc. XI da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

15.6. A geração e disposição final dos resíduos de construção serão os maiores impactos ambientais possíveis nesta reforma. Para minimizá-los, deverão ser observadas todas as prescrições, conforme os seguintes aspectos:

15.6.1 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e os procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da reforma, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros (se existir) ou aterro indicado pela autoridade municipal;

b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas e a autoridade municipal;

b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas e a autoridade municipal.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos sem a permissão da autoridade municipal, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos,

em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas, ABNT NBR nº. 15.112, nº 15.113, nº 15.114, nº 15.115 e nº 15.116, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

16.3.1. ficará constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

16.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.8.3. Das indenizações e multas.

16.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17. As despesas com a execução do Contrato, no presente exercício, correrão por conta do Programa de Trabalho/Ação/Plano orçamenário **02.122.0033.20GP.0001** – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado de Goiás, Plano Interno: **3 (OUTRAS DESPESAS CORRENTES) -IEF MANPRE, PTRES: 167818**, natureza de despesa **339039-16**, compromissadas pela Nota de Empenho **2025NE000540**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.4. A CONTRATADA declara expressamente sua **concordância com a adequação do projeto** que integra o presente contrato, reconhecendo que examinou detalhadamente todas as suas peças constitutivas, inclusive plantas, especificações, memoriais, orçamentos e estudos técnicos preliminares, assumindo plena responsabilidade por sua exequibilidade técnica e financeira.

19.5. Eventuais **alterações contratuais decorrentes de falhas ou omissões** identificadas em qualquer das peças do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **dez por cento do valor total do contrato**, nos termos do **art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013**, computando-se esse percentual para fins de verificação do limite previsto no **art. 125 da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, que, lido e achado conforme, será assinado pelos representantes dos contratantes, na forma digital, sendo anexada ao Processo SEI nº 25.0.000008989-6.

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, na data registrada na assinatura eletrônica.

Assinatura eletrônica
LEONARDO SAPIÊNCIA SANTOS
DIRETOR-GERAL DO TRE/GO
CONTRATANTE

Assinatura eletrônica
GISELY DE SOUZA MOREIRA LIMA
GSM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada, através da modalidade que melhor se enquadrar de acordo com o incisos I a V do Art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para execução de reforma, pintura feita no local e instalação de guarda-corpo e gaiola nos reservatórios situados nos prédios dos cartórios eleitorais de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Campos Belos, Formosa, Goiás, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mozarlândia, Palmeiras de Goiás, Pires do Rio, Rio Verde, Trindade, Uruaçu e Valparaíso de Goiás.

2 – JUSTIFICATIVA:

A reforma dos reservatórios decorre da necessidade de execução de manutenção devido ao desgaste, alguns dos reservatórios já possuem 10 anos de uso, com o tempo a pintura perde sua capacidade de

proteção da estrutura metálica do reservatório ocasionando oxidação.

2.2 - META A SER ALCANÇADA:

- Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais;
- Garantir reserva de água suficiente para cobrir as eventuais falhas de fornecimento da rede pública, possibilitando o normal funcionamento dos cartórios eleitorais em ocasiões de contingência;
- Garantir a manutenção da potabilidade da água fornecida pela rede pública.

3 – CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA (ATESTADOS, LAUDOS E ETC):

A qualificação técnica da empresa será comprovada mediante a apresentação do seguinte documento:

3.1 - Comprovante de registro regular da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou outro conselho a depender da atividade principal da empresa (desde que atividade pertinente ao objeto da contratação);

3.2 - Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA que comprove que o(s) responsável(is) técnico(s) da licitante executou(aram) objeto pertinente e compatível em características com o objeto licitado. Ou documento equivalente no caso do conselho não ser o CREA;

3.3 - Atestado de capacitação técnico-operacional da licitante que comprove que a empresa já executou objeto pertinente e compatível em características com o objeto licitado. Ou documento equivalente no caso do conselho não ser o CREA;

3.4 - Declaração assinada pelo representante legal da empresa de que os documentos e especificações necessários e suficientes para completa execução do serviço, foram colocados à sua disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, e ainda, que está ciente de que é facultativa, mas recomendável, uma visita técnica aos imóveis objetos do serviço, para conhecimento e levantamento das condições existentes, visando a subsidiar a elaboração da proposta para sua execução, sendo que a não realização desta visita não exime a empresa de assumir a responsabilidade pela correta elaboração da proposta, levando em consideração as condições existentes dos reservatórios, cujos endereços estão descritos neste Termo.

(Modelo no ANEXO 1)

GARANTIAS CONTRATUAIS:

Dispensado.

4 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 - LOCAL:

4.1.1 - Sede do Fórum Eleitoral de Anápolis, situada na [Rua Augusto de Lima, Quadra 06 Lote 03 Maracananzinho, Anápolis - GO, 75080850;](#)

4.1.2 - Sede do Fórum Eleitoral de Aparecida de Goiânia, situada na [Rua 10 Qd W Ltes 06 09, Setor Araguaia Aparecida de Goiânia - GO, 74981100;](#)

4.1.3 - Sede do Cartório Eleitoral de Caldas Novas, situada na [Av. Tiradentes, Esq. com Rua B-1 Itanhanga I, Caldas Novas - GO, 75680350;](#)

4.1.4 - Sede do Cartório Eleitoral de Campos Belos, situada na [Rua das Laranjeiras, Quadra 15-C, Lote 14, Setor Aeroporto Centro, Campos Belos - GO, 73840000;](#)

4.1.5 - Sede do Cartório Eleitoral de Formosa, situada na [Rua Rosalvo Olímpio Costa, Sn, Próximo ao Fórum Parque Laguna II, Formosa - GO, 73814085;](#)

- 4.1.6 - Sede do Cartório Eleitoral de Goiás, situada na [Rua a Qd 19 Lt 02 St Aeroporto Goiás - GO, 76600000](#);
- 4.1.7 - Sede do Cartório Eleitoral de Itumbiara, situada na [Av. João Paulo II, N. 300 Ernestina Borges de Andrade, Itumbiara - GO, 75528370](#);
- 4.1.8 - Sede do Cartório Eleitoral de Jataí, situada na [Rua do Hipódromo, Nr 590 Condomínio Barcelona, Jataí - GO, 75803018](#);
- 4.1.9 - Sede do Cartório Eleitoral de Luziânia, situada na [Av. Dr. Neilor Rolim, Qd. Mos, Lt. 01 Parque Jk, Luziânia - GO, 72815560](#);
- 4.1.10 - Sede do Cartório Eleitoral de Mozarlândia, situada na [Rua Alfredo Camões de Araújo, Qd. 01, Lt. 12 Setor Camoes, Mozarlândia - GO, 76700000](#);
- 4.1.11 - Sede do Cartório Eleitoral de Palmeiras de Goiás, situada na [Av. Goiás, Esq. com Rua 04 e Rua 20, S N Jardim Atlântico, Palmeiras de Goiás - GO, 76190000](#);
- 4.1.12 - Sede do Cartório Eleitoral de Pires do Rio, situada na [Rua Dr. Chequer Saud, Qd.01, Lt.01 Bairro Osvaldo Gonçalves, Pires do Rio - GO, 75200000](#);
- 4.1.13 - Sede do Cartório Eleitoral de Rio Verde, situada na [Rua Umbelino Fonseca Qd 83 Lt 11 12 Setor Morada do Sol, Rio Verde - GO, 75909090](#);
- 4.1.14 - Sede do Cartório Eleitoral de Trindade, situada na [Rua Sao Sebastiao Qd 02 Lt 03 Jardim Primavera, Trindade - GO, 75388772](#);
- 4.1.15 - Sede do Cartório Eleitoral de Uruaçu, situada na [Rua Italia Esquina com Rua California Qd. 05 Lt.02 Setor Aeroporto, Uruaçu - GO, 76400000](#);
- 4.1.16 - Sede do Cartório Eleitoral de Valparaíso, situada na [Rua 60, Area Especial N.6, Praia dos Amores 2 Etapa do Jardim Ceu Azul, Valparaíso de Goiás - GO, 72871060](#).

4.2 – PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da da Ordem de Serviço;

4.3 - GARANTIA: 5 anos para materiais e serviços, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 REFORMA DOS RESERVATÓRIOS EXISTENTES – De maneira geral, deverá ser feita a limpeza, retirada da pintura existente, recuperação de partes danificadas, substituição de conexões de entrada e saída de água, nos locais que não existirem serão instalados gaiola na escada e guarda-corpo no topo do reservatório, pintura interna e externa, instalação de nova tubulação interna e externa aparente, novos registros, nova bóia.

a) Inspeção Visual:

A primeira etapa do serviço será a realização de inspeção visual detalhada. Nessa fase serão verificados sinais de desgaste, rachaduras, ferrugem, vazamentos e outros danos estruturais. Isso ajudará a identificar problemas antes de qualquer intervenção no reservatório.

b) Limpeza Interna e Externa:

A limpeza dos reservatórios metálicos deverá remover sedimentos, sujeiras, agentes corrosivos e camada de pintura danificada ou solta. Essa limpeza poderá ser feita por meio de jatos de água pressurizada, produtos químicos específicos ou escovação manual. O objetivo é preservar a integridade do material.

c) Tratamento Anticorrosivo:

O tratamento contra a corrosão é uma das etapas mais importantes. O uso de revestimentos especializados e a aplicação de tintas e produtos anticorrosivos ajudam a prevenir a oxidação do metal e a prolongar a vida útil do reservatório.

d) Reparo de Danos Estruturais

Caso a inspeção identifique danos significativos, como rachaduras ou deformações, é necessário realizar reparos pontuais. Esses reparos podem envolver soldagem, reforço estrutural ou substituição de partes comprometidas.

5.2 – BASE E FUNDAÇÃO: A execução da base e fundação não estão inclusos nesta contratação, serão mantidos conforme existente.

5.3 – RESERVATÓRIO:

5.3.1 – Quantidade: 16 (dezesseis) reservatórios.

5.3.2 – Descrição:

- Reservatório tipo taça coluna seca, capacidade 3000 (três mil) litros.
- Altura total: 7,30m, altura da coluna: 5,00 m, diâmetro da coluna: 0,50m
- Diâmetro da taça: 1,27m
- Fabricação em chapa de aço patinável (CSN-COR 420); 2,65mm (chapa 12) com tratamento anti-ferrugem (jateamento químico, decapante, fosfatizante e desengraxante);
- 01 entrada 32 mm – luva metal tipo rosca interna;
- 01 saída 50 mm – luva metal tipo rosca interna;
- 01 ventilação 32 mm – luva metal tipo rosca interna;
- 01 extravasor 50 mm – luva metal tipo rosca interna;
- 01 descarga de fundo – luva metal tipo rosca interna;

5.3.3 – Normas Técnicas aplicáveis:

- NB-89, NB-593, MB-25 e EB-79 da ABNT;
- ANSI e ASMT para reservatórios de chapa de aço;
- AWWA-D 102/97 para pintura em reservatórios para água em aço;
- AWWA-D 100/96 para tanques soldados para armazenamento de água;
- NBR-6123 para força do vento em edificações.

5.3.4 – Acessórios:

- Escada interna;
- Escada externa fixa tipo marinho com gaiola (nos locais inexistentes deverá ser instalada gaiola), de acordo com as normas do Ministério do Trabalho NR-12, NR-18 e NR-35;
- Guarda-corpo no topo de acordo com as normas do Ministério do Trabalho NR-12, NR-18 e NR-35 (nos locais inexistentes deverá ser instalado);
- Boca de inspeção no teto (1x);
- Braçadeiras para tubulações;
- Base para fundação (para conexão à base existente);
- 08 (oito) parafusos galvanizados.

5.3.5 – Solda:

- Processo MIG de alta profundidade, com camada de gás composta por 75% de argônio e 25% de CO₂;
- Internas e Externas.

5.3.6 – Pintura do reservatório:

- Pintura feita no local;
- Pintura interna: Primer Epóxi vermelho à base de poliamida, aplicação de uma demão, em média, de 125 micrômetros de espessura seca com alta proteção contra corrosão e atóxica; tinta Epóxi azul piscina à base de poliamida, aplicação de uma demão, em média, de 125 micrômetros de espessura seca com alta

proteção contra corrosão e atóxica, totalizando, em média, de 200 a 250 micrômetros, produtos que comportam dupla função primer e acabamento.

- Pintura externa: Primer Epóxi à base de poliamida, aplicação de uma demão, em média, de 60 micrômetros de espessura seca com alta proteção contra corrosão e atóxica; tinta especial de alta espessura e proteção contra corrosão, aplicação de uma demão, em média, de 60 micrômetros de espessura seca, totalizando em média 100 a 120 micrômetros. (cor branco brilhante sintético extra rápido).

5.3.7 – Resumo dos serviços por localidade:

ITEM	CIDADE	QUANTIDADE DE RESERVATORIO	SERVIÇO
01	Anápolis	01	- Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros; - Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada;
02	Aparecida de Goiânia	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
03	Caldas Novas	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
04	Campos Belos	01	- Pintura interna e externa.
05	Formosa	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
06	Goiás	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
07	Itumbiara	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
08	Jataí	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
09	Luziânia	01	- Pintura interna e externa.
10	Mozarlândia	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
11	Palmeiras de Goiás	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.

12	Pires do Rio	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
13	Rio Verde	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
14	Trindade	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.
15	Uruaçu	01	- Pintura interna e externa.
16	Valparaíso	01	- Instalação de guarda-corpo e gaiola na escada; - Recuperação de chapa; - Pintura interna e externa, troca de tubulação e registros.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 Manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados;

6.1.2 Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

6.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais;

6.3 Reparar, corrigir, remover e refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução e/ou do uso de materiais de má qualidade;

6.4 Indenizar o Contratante por todos os danos decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

6.5 Responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, ocorridos nos locais de trabalho;

6.6 Arcar com todos os tributos fiscais e para fiscais, inclusive encargos sociais e previdenciários, exigidos pelos governos federal, estadual e municipal, bem como por entidades governamentais, autárquicas e sindicais que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;

6.7 Não transferir a terceiros, no todo, os serviços contratados;

6.8 Fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa aos serviços executados;

6.9 GARANTIA - Garantir a integridade do produto por 5 anos, contados a partir do recebimento definitivo. Emitir termo de garantia dos serviços executados.

6.10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.10.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

- c) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- d) Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- e) Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

7 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 7.1. Designar, anteriormente à emissão da Ordem de Serviço, fiscal de contrato para acompanhar sua execução, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 117 da lei 14.133/2021.
- 7.2. Caberá ao fiscal do contrato informar à Administração o termo inicial da Ordem de Serviço, observando sempre a conveniência do TRE-GO, os aspectos técnicos e a apresentação da ART.
- 7.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- 7.4. Notificar à Contratada por escrito a ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços.
- 7.5. Fornecer à Contratada as informações e demais elementos pertinentes à execução do presente Termo de Referência.
- 7.6. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos empregados designados pela Contratada para a execução dos serviços.
- 7.7. Rejeitar a prestação do serviço objeto do contrato, se realizado por terceiros ou subcontratados, sem autorização prévia do TRE-GO.
- 7.8. Até o limite proporcional do cronograma físico-financeiro, e após a análise e aprovação da fiscalização do TRE-GO, poderão ser subcontratados os seguintes serviços:
 - a) PINTURA.
 - b) Recuperação de chapa e instalação de guarda-corpo e gaiola.
- 7.9. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas todas as obrigações assumidas pela Contratada durante o procedimento licitatório.
- 7.10. Efetuar os pagamentos à Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais.

8 – PROPOSTA:

- 8.1 Os proponentes deverão apresentar proposta na forma de “preço unitário” e “preço total”, na qual deverão estar inclusos os itens descritos no objeto do Contrato, conforme tabela abaixo;
- 8.2. Deverão estar incluídas na proposta todas as despesas legais incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive ICMS, PIS, COFINS e fretes.
- 8.3. Na proposta deverão estar inclusos, ainda, os valores referentes a quaisquer materiais e serviços indispensáveis à execução do objeto, inclusive aqueles que porventura não estejam aqui identificados.

9 – VISITA TÉCNICA:

9.1 Às proponentes será facultada a realização de visita técnica aos locais descritos no item 4 deste Termo de Referência, oportunidade em que poderão esclarecer dúvidas porventura existentes;

9.2 A não-realização da visita técnica por parte da proponente vencedora implicará na aceitação tácita das exigências constantes neste Termo de Referência, não podendo ser solicitado posteriormente pagamento adicional em razão do desconhecimento das condições dos locais.

10 – RECEBIMENTO E PAGAMENTO:

10.1 - Os pagamentos serão feitos em cinco etapas, conforme detalhado no cronograma físico-financeiro (1143592);

10.2 – Recebimento Provisório (4ª etapa) – Aos 120 dias, desde que 100% dos serviços estejam concluídos, e após a conferência pelos fiscais do TRE-GO, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, requisito para pagamento da 4ª parcela – 95% do total do contrato;

10.3 – Recebimento Definitivo – Após 21 (vinte e um) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório - prazo para comprovação da adequação do objeto aos termos contratuais – será emitido o Termo de Recebimento Definitivo e paga a última parcela, correspondente a 5% do total do contrato.

- O pagamento dos valores contratados, será efetivado pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil, contados do ateste da fatura/nota fiscal, de forma digital, cumprindo-se observar:

- No prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal, o CONTRATANTE deverá atestá-la ou notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

- Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

- A Contratada deverá possuir regularidade fiscal, que poderá ser constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos

- A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação e/ou a proibição de contrata, bem como, ocorrências impeditivas indiretas.

- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade fiscal da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua aplicação se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I= (6/100) / 365	I= 0,00016438
		TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 – ESTIMATIVA DE PREÇOS:

A estimativa do custo global necessário à contratação do objeto é de **R\$ 236.021,53 (duzentos e trinta e seis mil vinte e um reais e cinquenta e três centavos)**, conforme planilha orçamentária anexa.

12 – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

- A **FISCALIZAÇÃO** do contrato ficará a cargo da SEMSE (Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos) e a **GESTÃO** do contrato ficará a cargo da CEIN (Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura).

- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13 – Fonte de Recursos Orçamentários e Plano Anual de Contratações:

No tocante ao planejamento orçamentário-financeiro, a presente contratação não possui alinhamento por não ter sido aprovada sua inclusão no Plano Anual de Contratação 2025, apesar de ter sido solicitada. Entretanto, apesar da não previsão orçamentária, existe a possibilidade de sobras ou remanejamentos ao final do exercício financeiro de 2025, viabilizando sua execução.

Pelo valor estimado da contratação, não há obrigatoriedade da demanda estar ranqueada no Plano de Obras vigente.

14 – Da vigência da contratação:

O período de vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses** a partir da data de assinatura; estão contidos nesse prazo o período de mobilização da contratada para início dos serviços, a execução dos serviços contratados, prazo para o recebimento provisório e prazo para o recebimento definitivo.

15 – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

15.1- Poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência, nos casos de inexecução parcial do contrato que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução contratual que não justifiquem a imposição de penalidades mais graves;
- b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; inexecução total do contrato; retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de declaração falsa durante a execução do contrato; comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 2013, bem como, nos casos especificados na letra “b” deste item 22.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União.

15.2- A CONTRATADA estará sujeita ainda às seguintes multas:

- a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), limitada a 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 15.1-a.
- b) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato pelo retardamento da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;
- c) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor o valor total do contrato no caso de inexecução total do Ajuste ou no caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 15.1-b e 15.1-c.

16 – Demais informações:

As dúvidas relacionados a este Termo de Referência deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos do TRE-GO – SEMSE, por escrito pelo endereço eletrônico: semse-lista@tre-go.jus.br.

17 – DADOS DA SOLICITAÇÃO:

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSE	DATA: 29/08/2025
-----------------------------------	-------------------------

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:	Eng. Civil Arthur de Almeida Cruz Analista Judiciário da SEMSE CREA nº 16478/D-GO
	Eng. Civil Alano Rodrigo Leal Analista Judiciário – Esp. Engenharia CREA 13430/D-GO
RESPONSÁVEL PELA UNIDADE: Alano Rodrigo Leal	Alano Rodrigo Leal Chefe da SEMSE Matrícula nº 5089565

ANEXO II - DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Cronograma Físico e Financeiro							
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS (Rec. Provisório)	Rec. Definitivo
			(%) 1ª med.	(%) 2ª med	(%) 3ª med.	(%) 4ª med. (5% retido)	5% do Total
			VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
1	ADMINISTRAÇÃO/SERVIÇOS	100,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	5,00%
		20.081,00	5.020,25	5.020,25	5.020,25	5.020,25	1.004,05
2	DEMOLIÇÃO	100,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	5,00%
		29.694,70	7.423,68	7.423,68	7.423,68	7.423,68	1.484,74
3	RECUPERAÇÃO DE CHAPA E GUARDA-CORPO	100,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	5,00%
		55.436,23	13.859,06	13.859,06	13.859,06	13.859,06	2.771,81
4	PINTURA	100,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	5,00%
		60.846,69	15.211,67	15.211,67	15.211,67	15.211,67	3.042,33
5	SAIDAS E TUBOS	100,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	5,00%
		9.270,17	2.317,54	2.317,54	2.317,54	2.317,54	463,51
6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FINAIS	100,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	5,00%
		4.321,28	1.080,32	1.080,32	1.080,32	1.080,32	216,06
Físico (%)			25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	0,00%
Físico Acumulado (%)			25,00%	50,00%	75,00%	100,00%	100,00%
Financeiro (R\$)		179.650,07	44.912,52	44.912,52	44.912,52	35.930,01	8.982,50
Financeiro Acumulado (R\$)			44.912,52	89.825,04	134.737,55	170.667,57	179.650,07
Financeiro (%)			25,00%	25,00%	25,00%	20,00%	5,00%
Financeiro Acumulado (%)			25,00%	50,00%	75,00%	95,00%	100,00%

Medição (Recebimento Provisório) -> O recebimento provisório ocorrerá somente quando os serviços da planilha estiverem totalmente concluídos (100%), e sobre a essa medição será retido o valor equivalente a 5% do total que corresponde a retenção para o recebimento definitivo.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO SAPIÊNCIA SANTOS, DIRETOR-GERAL**, em 29/12/2025, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GISELY DE SOUZA MOREIRA LIMA, Usuário Externo**, em 29/12/2025, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1290422** e o código CRC **6B58AD0E**.

25.0.000008989-6

1290422v7

